

GEF Áreas Privadas**Levantamento das Metas da Convenção da Biodiversidade - Kunming-Montréal**
Quadro Global da Biodiversidade (Global Biodiversity Framework - GBF)**PROPOSTA DE NARRATIVA ALINHADA ÀS METAS E AÇÕES QUE TEMOS:**

O “Projeto GEF Áreas Privadas – Concretizando o potencial de conservação da biodiversidade em áreas privadas no Brasil” é financiado pelo Global Environment Facility (GEF), por meio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), cuja gestão financeira é executada pelo Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS), sob coordenação técnica do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

O foco principal do projeto é estimular o manejo sustentável da paisagem e das florestas de forma a promover o aumento da conectividade entre ambientes fragmentados. Neste contexto trabalha com duas áreas-piloto, uma no bioma Mata Atlântica e outra no Cerrado, ambas são Áreas de Proteção Ambiental (APA), categoria de uso sustentável do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

A duas APAs (APA da Bacia do Rio São João/ Mico-Leão-Dourado na Mata Atlântica e APA de Pouso Alto no Cerrado) possuem tal importância ecológica que abrangem várias outras categorias de unidades de conservação, com destaque para categoria de Reserva do Patrimônio Particular Natural (RPPN) e fazem parte de Reservas da Biosfera - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) e Reserva da Biosfera do Cerrado Goyaz (RBC). A APA de São João também é reconhecida como parte do Mosaico Mico-Leão-Dourado que reúne 8 UCs públicas e 13 RPPNs, Portaria MMA nº 481/2010, enquanto a APA de São João está sendo apoiada pelo projeto para o reconhecimento do Mosaico Veadeiros-Paraná, cuja proposta em revisão envolve mais de 50 UCs (sendo mais de 40 RPPNs).

De forma mais prática, nestas áreas o projeto está realizando capacitações de agricultores familiares em agroecologia e extrativismo sustentável de forma a promover a bioeconomia local, estimulando a gestão das RPPNs e orientando proprietários locais para trabalharem a recomposição de suas reservas legais e a recomposição de suas áreas de proteção permanente (APPs), além de efetivarem a regularização no Cadastro Ambiental Rural (CRA).

Outra linha de trabalho é o monitoramento da biodiversidade, com resultados importantes para espécies alvo como mico-leão-dourado e a preguiça-de-coleira na APA de São João e para cerca de 12 mamíferos médio/grande porte considerados ameaçados na APA de Pouso Alto, tais como onça-parda, lobo guará, veado campeiro, tamanduá bandeira.

Ainda nas áreas-piloto, o ecoturismo está sendo estimulado como uma atividade de fomento da economia local por meio da implementação de trechos de trilhas ecológicas de longo curso. Esta ação está sendo vista como um fio agregador que valoriza a biodiversidade e a socioeconomia local.

O GEF Áreas Privadas está promovendo um acordo com empresas do setor de árvores plantadas e áreas do seu entorno para promoção conectividade de fragmentos florestais. Além de desenvolver bases geoespaciais para o valor de conservação da biodiversidade em políticas e ferramentas públicas.

Diante do exposto, verifica-se que o projeto promove articulações que diretamente apoiam as políticas para a biodiversidade, e contribui para a Estratégia e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB) e com as Metas de Kunming-Montreal.

2

Este documento apresenta o conjunto de 17 das 23 *Metas da Convenção da Biodiversidade-Kunming-Montreal** que recebem contribuições direta ou indiretas pela implementação do GEF Áreas Privadas, acompanhados de uma breve explicação de como as ações do projeto apresentam potencial para contribuir com as metas identificadas. Todavia, a análise da contribuição efetiva do Projeto por meta só será realizada mais adiante durante a evolução e alcance de resultados do projeto. Ao final é apresentado um quadro síntese, com resumo do projeto por componentes e resultados, identificando as *Metas de Kunming-Montreal* associadas.

*Consulta texto oficial das Metas: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/biodiversidade1/convencao-sobre-diversidade-biologica/decisaomgkm_15-4_pt.pdf

META 2. Assegurar que até 2030 pelo menos **30 por cento de áreas degradadas terrestres**, aquáticas continentais, e de **ecossistemas costeiros** e marinhos **estejam sob restauração efetiva**, a fim de melhorar a biodiversidade e as funções e serviços ecossistêmicos, integridade ecológica e conectividade.

- Ao trabalhar para a redução do grau de fragmentação nas paisagens produtivas e para o aumento da disponibilidade de habitat para espécies ameaçadas de extinção, são realizadas algumas ações de recuperação da vegetação nativa e é estimulado que os proprietários e usuários de terras particulares façam a recuperação da vegetação nativa, em especial em áreas de reserva legal e nas Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPNs), de forma a promover o aumento da cobertura vegetal.
- Esta meta também será beneficiada pelos acordos com empresas do setor de árvores plantadas e áreas do seu entorno para promoção conectividade de fragmentos florestais.
- A meta atual do Projeto é: 4,000 hectares em restauração, conforme Planos de Recuperação Florestal juridicamente vinculativos (PRA) – sujeita a redimensionamento na revisão do Plano de Monitoramento.

META 3. Conseguir e tornar possível que, para 2030, **ao menos 30 por cento das zonas terrestres**, de **águas continentais** e costeiras e marinhas, especialmente as zonas de particular importância para a biodiversidade e as funções e os serviços dos

ecossistemas, sejam **conservados e manejados eficazmente mediante sistemas de áreas protegidas ecologicamente representativos**, bem conectados e governados de forma equitativa, e outras medidas eficazes de conservação baseadas em zonas geográficas específicas, o reconhecimento dos territórios indígenas e tradicionais, quando proceder, integrados em paisagens terrestres, marinhas e oceânicas mais amplas, cuidando ao mesmo tempo que todo uso sustentável, quando proceder nas ditas zonas, seja plenamente coerente com os resultados da conservação, reconhecendo e respeitando os direitos dos povos indígenas e dos povos e comunidades tradicionais.

- O projeto contribui para a implementação de instrumentos de gestão das RPPNs e das Áreas de Proteção Ambiental (APA), as quais configuram as duas áreas-piloto, APA da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado na Mata Atlântica e APA de Pouso Alto no Cerrado.
 - APA do Rio São João/Mico-Leão-Dourado: engloba outras 8 unidades de conservação e 17 RPPNs, além de fazer parte do Mosaico Mico-Leão-Dourado e da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA).
 - APA de Pouso Alto: engloba 57 unidades de conservação (sendo muitas RPPNs), o que está resultando na proposição do Mosaico Veadeiros-Paraná (com apoio do projeto) e está inserida na Reserva da Biosfera do Cerrado Goyaz (RBC).
- Pelo menos 600 (seiscentos) atores (300 mulheres + 300 homens) treinados em implementação de ações de conservação em áreas privadas.
- 872.000 hectares do bioma Cerrado (área da APA de Pouso Alto) com plano de manejo aperfeiçoado e implementado.
- Monitoramento melhorado de, pelo menos, 10 (dez) espécies ameaçadas de extinção.
- Regulamentação da categoria APA e da RPPN.

META 4. Adotar com urgência medidas de gestão para a **recuperação e conservação das espécies**, em particular, espécies ameaçadas, e manter e restaurar a diversidade genética entre as populações e dentro delas, das espécies autóctones, silvestres e domesticadas, a fim de preservar seu potencial adaptativo, entre outras coisas, mediante a conservação in situ e as práticas de conservação e gestão sustentável, e a gestão eficaz das interações entre seres humanos e fauna e flora silvestres, com vistas a reduzir ao mínimo o conflito entre os seres humanos e a vida silvestre para a coexistência.

- Dentre as ações nas áreas-piloto há o monitoramento de espécies com vistas à mapeamento de ocorrências e adoção de medidas de gestão. A exemplo de ampliar a disponibilidade de habitat para a população da espécie de Mico-Leão-Dourado (ameaçada de extinção) e da incorporação de, pelo menos, 01 (uma) espécie ameaçada de extinção aos planos de ação nacionais de monitoramento na APA de São João.

- Aumento em 81% da disponibilidade de habitat para a população da espécie de Mico-Leão-Dourado (ameaçada de extinção).
- População de Mico-Leão-Dourado estável ou sem declínio a partir da linha de base.
- População de espécies indicadoras do estado de conservação estável ou sem declínio a partir da linha de base - mico-leão-dourado e preguiça de coleira na APA de São João.
- Monitoramento melhorado de, pelo menos, 10 (dez) espécies ameaçadas de extinção - APA de Pouso Alto.
- Incorporação de, pelo menos, 01 (uma) espécie ameaçada de extinção aos planos de ação nacionais de monitoramento.
- População de espécies indicadoras do estado de conservação estável ou sem declínio a partir da linha de base.

META 5. Assegurar que o **uso, a coleta e o comércio de espécies silvestres sejam sustentáveis, seguros e lícitos, evitando a sobre-exploração**, minimizando os impactos sobre espécies não-alvo e ecossistemas, e reduzindo o risco de propagação de patógenos, aplicando a abordagem ecossistêmica, **respeitando e protegendo ao mesmo tempo o uso sustentável consuetudinário por povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.**

- As atividades agroextrativistas e agroecológicas desenvolvidas nas áreas-piloto contribuem com o atendimento desta meta.
- O projeto desenvolve ações com Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PIPCTAFs), proprietárias e produtoras rurais, e empreendedoras do setor de negócios relacionados à sociobiodiversidade nas áreas-piloto APA de São João/Mico-Leão-Dourado e APA de Pouso Alto, sendo que nesta última destaca-se a presença do povo Kalunga comunidade quilombola dos municípios de Cavalcante e Teresina de Goiás.
- Monitoramento melhorado de, pelo menos, 10 (dez) espécies ameaçadas de extinção na APA de Pouso Alto.
- População de espécies indicadoras do estado de conservação estável ou sem declínio a partir da linha de base.
- Incorporação de, pelo menos, 01 (uma) espécie ameaçada de extinção aos planos de ação nacionais de monitoramento.

META 8. Minimizar o impacto da mudança climática e da acidificação dos oceanos **sobre a biodiversidade e aumentar a sua resiliência** por meio de ações de mitigação, adaptação e redução dos riscos de desastres, inclusive por meio de soluções baseadas na natureza e/ou abordagens baseadas nos ecossistemas, **minimizando ao mesmo tempo impactos negativos e promovendo impactos positivos da ação do clima sobre a biodiversidade.**

- As ações de recuperação da vegetação nativa implementadas diretamente pelo projeto ou induzidas, ao motivar os proprietários, em especial de RPPNs, a recuperar suas reservas legais e áreas de preservação permanente (APPs), bem como pela implementação de agroflorestas contribuem com esta meta.
- Também pode-se considerar neste caso os impactos da valorização da biodiversidade junto à população local e aos gestores municipais, bem como junto ao setor florestal seja no estímulo a redução da fragmentação da vegetação ou na internalização em instrumentos de gestão e políticas públicas.

META 9. Conseguir que a **gestão e utilização de espécies silvestres seja sustentável**, proporcionando assim **benefícios sociais, econômicos e ambientais para todas as pessoas**, em especial as que se encontram em situações vulneráveis e aquelas que mais dependem da diversidade biológica, entre outras coisas, mediante atividades, produtos e serviços sustentáveis baseados na diversidade biológica, que fortaleçam a biodiversidade, e mediante a proteção e promoção da utilização consuetudinária sustentável por parte dos povos indígenas e dos povos e comunidades tradicionais.

- Com essa meta o projeto contribui por meio do apoio às iniciativas de sistemas agroflorestais e extrativismo familiar, viveiros de mudas e com a implementação de trilhas ecológicas que impulsionam o turismo local valorizando as espécies silvestres locais e os serviços ecossistêmicos dos biomas.
- O projeto trabalha com Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PICTAFs), proprietárias e produtoras rurais, e empreendedoras do setor de negócios relacionados à sociobiodiversidade nas áreas-piloto APA de São João/Mico-Leão-Dourado e APA de Pouso Alto, sendo que nesta última destaca-se a presença do povo Kalunga comunidade quilombola dos municípios de Cavalcante e Teresina de Goiás.

META 10. Lograr que as superfícies dedicadas à **agricultura**, à aquicultura, à pesca e à **silvicultura** sejam manejadas de maneira sustentável, em particular através da utilização sustentável da diversidade biológica, entre outras coisas, mediante um aumento substancial da **execução de práticas amigáveis com a diversidade biológica**, tais como a intensificação sustentável, métodos agroecológicos e outros métodos inovadores, contribuindo assim à resiliência e ao rendimento de longa duração, e à produtividade destes sistemas de produção e à segurança alimentar, conservando e restaurando a diversidade biológica e mantendo as contribuições da natureza às pessoas, incluindo os serviços e as funções dos ecossistemas.

- A contribuição nesta meta é feita ao promover o melhor uso de recursos naturais locais na produção agroecológica e extrativista familiar no apoio da bioeconomia, que pretende atender melhor aos mercados locais, inclusive de compras públicas.

- Além da contribuição advinda dos acordos com o setor florestal para promover a conservação da biodiversidade, a provisão de serviços ecossistêmicos e o manejo sustentável da paisagem e das florestas.

META 11. Restaurar, manter e melhorar as **contribuições da natureza às pessoas**, entre elas as **funções e os serviços dos ecossistemas**, tais como a regulação do ar, da água e do clima, a saúde dos solos, a polinização e a redução do risco de enfermidades, assim como a proteção frente a riscos e desastres naturais mediante soluções baseadas na natureza e estratégias baseadas nos ecossistemas em benefício de todas as pessoas e da natureza.

- O projeto contribui com esta meta por meio da conservação da biodiversidade, ao promover a conectividade de fragmentos e prover serviços ecossistêmicos, estimular o Manejo Sustentável da Paisagem (MSP), Manejo Sustentável das Florestas (MSF) e recuperação de vegetação nativa em áreas privadas aumentada pelo desenvolvimento de esquemas de incentivos diretos e indiretos.
- Outro resultado esperado é a conservação da biodiversidade e serviços ecossistêmicos incorporados ao arcabouço legal nacional para apoiar MSP, MSF e restauração em áreas privadas.
- O desenvolvimento de bases de dados espaciais sobre o valor de conservação de áreas privadas integradas em políticas públicas e ferramentas de gestão também contribui para o alcance desta meta.

META 12. Aumentar significativamente, de maneira sustentável, a **área e qualidade, e a conectividade, o acesso e os benefícios de espaços verdes** e azuis em áreas urbanas e densamente povoadas, integrando a conservação e o uso da biodiversidade, e garantir o planejamento urbano que considere a biodiversidade, aumente a biodiversidade nativa, conectividade e integridade ecológicas, melhorando a saúde humana, seu bem-estar e sua conexão com a natureza, e contribuindo para a urbanização inclusiva e sustentável, e a provisão de funções e serviços ecossistêmicos.

- A recuperação de áreas de vegetação nativa e o incremento da conectividade de paisagens, bem como o monitoramento da biodiversidade, beneficia não só a gestão das APAs (áreas-piloto), mas os municípios abrangidos e sua população. São 7 municípios na APA de São João/Mico-Leão-Dourado/RJ (área de 150.700 hectares) com população residente estimada de 127.815 pessoas, e são 6 municípios na APA de Pouso Alto/GO (área de 872 mil hectares) com população residente estimada de 16.920 pessoas.
- A incorporação da conservação da biodiversidade e serviços ecossistêmicos no arcabouço legal nacional para apoiar o manejo sustentável da paisagem e das florestas, bem como da restauração em áreas privadas. Estão previstas regulamentações de diretrizes que incentivem o manejo sustentável da vegetação

nativa em reservas legais (RL) no Brasil, com foco em pagamento por serviços ambientais (PSA), outras que fortaleçam a gestão territorial em áreas protegidas.

- Contribuem com esta meta o desenvolvimento da ação de consolidar base de dados espaciais sobre o valor de conservação de áreas privadas para cinco regiões biogeográficas - Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pampa e Pantanal. Bem como ações de capacitação e divulgação para a integração do valor de conservação de áreas privadas em políticas públicas.

7

META 13. Tomar **medidas jurídicas, políticas, administrativas e de capacitação eficazes**, em todos os níveis, conforme apropriado, para assegurar o **acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes do acesso ao patrimônio genético** e às informações de sequências genéticas digitais, bem como dos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético, e facilitando o acesso adequado ao patrimônio genético e, até 2030, facilitando um significativo aumento dos benefícios compartilhados, de acordo com as regras e instrumentos internacionais aplicáveis.

- A contribuição nesta meta é feita ao promover o melhor uso de recursos naturais locais na produção agroecológica e extrativista familiar no apoio da bioeconomia, que pretende atender melhor aos mercados locais, inclusive de compras públicas.
- O projeto deverá promover o selo de identificação de origem para produtos sustentáveis na APA de São João: selo de Produto Amigo do Mico-Leão-Dourado.

META 14. Assegurar a plena **integração da biodiversidade e seus múltiplos valores em políticas, regulamentos, planejamento e processos de desenvolvimento**, estratégias de erradicação da pobreza, avaliações ambientais estratégicas, avaliações de impacto ambiental e, conforme apropriado, contabilidade nacional, por todos os níveis de governo e setores, em particular aqueles com impactos significativos na biodiversidade, alinhando progressivamente todas as atividades públicas e privadas relevantes e os fluxos fiscais e financeiros com os objetivos e metas do Marco.

- O projeto busca melhorar as capacidades públicas para planejar e implementar políticas em áreas privadas. Neste escopo, promove a conservação da biodiversidade e serviços ecossistêmicos incorporados ao arcabouço legal nacional para apoiar Manejo Sustentável da Paisagem (MSP), Manejo Sustentável das Florestas (MSF) e restauração em áreas privadas.
- Promove o fortalecimento da gestão territorial em áreas protegidas, apoiando a proposta de regulamentação para duas categorias do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Área de Proteção Ambiental (APA) e para Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), dando suporte à estruturação da política pública de Outras Medidas Efetivas de Conservação baseadas em Áreas (conhecida por OMECs), apoia o reconhecimento do Mosaico Veadeiros-Paranã (bioma Cerrado) e apoia o desenvolvimento da estrutura de governança para RedeTrilhas.

META 15. Adotar **medidas legais, administrativas ou políticas** para encorajar e permitir a atividade empresarial e, em particular, para assegurar que as empresas grandes e transnacionais e as instituições financeiras: (a) **monitorem regularmente, avaliem e divulguem de forma transparente seus riscos, dependências e impactos sobre a biodiversidade**, inclusive com requisitos para todas as empresas grandes e transnacionais e as instituições financeiras ao longo de suas operações, cadeias de suprimento e de valor, e portfólios; (b) **forneçam informações necessárias aos consumidores** para promover padrões de consumo sustentáveis; (c) **informem sobre o cumprimento dos regulamentos e medidas de acesso e repartição de benefícios**, conforme aplicável; a fim de reduzir progressivamente os impactos negativos sobre a biodiversidade, aumentar os impactos positivos, reduzir riscos relacionados à biodiversidade a empresas e instituições financeiras, e promover ações para assegurar padrões sustentáveis de produção.

- A principal contribuição do GEF Áreas Privadas nesta meta será por meio do estabelecimento de um acordo com empresas do setor de árvores plantadas e áreas do seu entorno para promoção conectividade de fragmentos florestais. envolve os seguintes produtos:
 - Mapeamento das áreas propícias ao estabelecimento de corredores ecológicos entre áreas protegidas em regiões sob influência do setor florestas, a partir do uso de ferramentas geoespaciais e de informações disponíveis em bancos de dados.
 - Arranjos institucionais de implementação da recomposição da vegetação nativa para a formação de corredores ecológicos de acordo com o mapeamento das áreas propícias (produto 2.1), a partir de uma análise baseada em critérios ambientais, sociais e econômicos.
 - Análise geoespacial de áreas prioritárias para implementação de corredor ecológico, considerando a formação dos corredores e interesse de proprietários em recompor a vegetação nativa.
 - Arranjo financeiro para viabilização da implementação de corredores ecológicos, incluindo o pagamento por serviços ambientais, incentivos tributários, créditos de programas de financiamento que apoiem empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

META 16. Assegurar que as pessoas sejam encorajadas e capacitadas a fazer **escolhas de consumo sustentáveis**, estabelecendo, inclusive, políticas de apoio, estruturas legislativas ou regulatórias, melhorando a educação e o acesso a informações acuradas e relevantes e a alternativas e, até 2030, reduzir a pegada global de consumo de maneira equitativa, inclusive reduzindo pela metade o desperdício global de alimentos, reduzindo significativamente o consumo excessivo e reduzindo substancialmente a produção de resíduos, para que todas as pessoas vivam bem em harmonia com a Mãe Terra.

- Uma das iniciativas que contribuem com esta meta é o estímulo à produção e comercialização de produtos locais nas áreas-piloto de produtos agroflorestais e extrativistas familiares. Está sendo pensado inclusive um selo de origem para produtos sustentáveis da APA Rio São João/Mico-Leão-Dourado (selo de Produto Amigo do Mico-Leão-Dourado).
- Também estão sendo desenvolvidas estratégias para estimular o acesso a mercados públicos e privados de produtos alimentícios e não-alimentícios.

META 19. Aumentar substancial e progressivamente o nível de **recursos financeiros** de todas as fontes, de forma efetiva, oportuna e facilmente acessível, incluindo recursos **nacionais, internacionais, públicos e privados**, de acordo com o artigo 20 da Convenção, para implementar estratégias e planos de ação nacionais de biodiversidade, mobilizando pelo menos 200 bilhões de dólares americanos por ano até 2030, incluindo por meio de:

c. **Alavancagem de financiamento privado**, promovendo o financiamento misto, implementando estratégias para levantamento de recursos novos e adicionais, e incentivando o setor privado a investir em biodiversidade, inclusive por meio de fundos de impacto e outros instrumentos;

- O projeto contribui com esta meta de forma mais objetiva ao trabalhar com as diversas RPPNs localizadas nas áreas-piloto e com o setor florestal, mas também contribui ao servir de exemplo para replicação de iniciativas nos temas de agroflorestas e extrativismo familiar, apoio na implementação de trilhas ecológicas fomentando o turismo local, bem como na divulgação dos resultados e impactos do monitoramento da biodiversidade e dos benefícios do incremento das áreas de vegetação nativa e da conectividade da paisagem.

d. **Estímulo a esquemas inovadores**, como pagamento por serviços ecossistêmicos, títulos verdes, compensações e créditos de biodiversidade, mecanismos de repartição de benefícios, com salvaguardas ambientais e sociais;

- O projeto contribui em dois momentos, inicialmente, no incentivo a adoção de instrumentos econômicos nas duas áreas-piloto para o fortalecimento do manejo sustentável de paisagens e florestas. E depois no fomento de políticas públicas com proposição de regulamentação de diretrizes, como o pagamento por serviços ambientais (PSA).

g. Reforço da efetividade, eficiência e transparência na provisão e utilização de recursos.

- A execução do GEF Áreas Privadas, coordenado pelo MMA envolvendo diferentes órgãos públicos e organizações não governamentais como parceiros, zela pelos princípios da administração pública, logo em trabalhar com efetividade, eficiência e transparência na provisão e utilização de recursos. Como exemplo pode-se citar o Portal de Informações sobre Projetos e Colegiados (Geprod -

<https://geprod.mma.gov.br/homepage>), de acesso público com várias informações sobre o projeto e sua execução, além da disponibilização de produtos finalizados.

META 21. Assegurar que os **melhores dados, informações e conhecimentos sejam acessíveis aos tomadores de decisão, aos profissionais e ao público** para orientar a governança eficaz e equitativa, gestão integrada e participativa da biodiversidade, e fortalecer a comunicação, conscientização, educação, monitoramento, pesquisa e gestão do conhecimento e, também neste contexto, assegurar que os conhecimentos tradicionais, inovações, práticas e tecnologias de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais somente sejam acessados com consentimento livre, prévio e informado conforme a legislação nacional.

- O projeto desenvolveu diversos estudos temáticos para subsidiar as ações do Projeto (disponíveis aos interessados) nas áreas como agricultura e extrativismo familiar, monitoramento da biodiversidade, turismo, manejo sustentado da paisagem e de florestas. A parceria com o setor florestal gera importante contribuição com a divulgação de informações. Por fim, cabe ressaltar as bases de dados espaciais que estão sendo consolidadas sobre o valor de conservação de áreas privadas por bioma beneficiado: Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pampa e Pantanal.

META 22. Assegurar a **representação plena, equitativa, inclusiva, efetiva e com perspectiva de gênero e a participação na tomada de decisão**, e o acesso à justiça e a informações relacionadas à biodiversidade, pelos povos indígenas e **povos e comunidades tradicionais**, respeitando suas culturas e seus direitos sobre terras, territórios, recursos e conhecimentos tradicionais, bem pelas **mulheres e meninas, crianças e jovens**, e pessoas com deficiências, e assegurar a proteção integral dos defensores dos direitos humanos ambientais.

- O GEF Áreas Privadas envolve ações com Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PIPCTAFs), proprietárias e produtoras rurais, e empreendedoras do setor de negócios relacionados à sociobiodiversidade principalmente nas atividades nas áreas-piloto APA de São João/Mico-Leão-Dourado e APA de Pouso Alto, sendo que nesta última destaca-se a presença do povo Kalunga comunidade quilombola dos municípios de Cavalcante e Teresina de Goiás. Além de absorver e difundir conhecimentos tradicionais em cada APA, o projeto pretende promover o intercâmbio entre as duas APAs, e estimular a participação de mulheres e jovens no acesso aos benefícios.

META 23. Zelar pela **igualdade de gênero** na implementação do Marco por meio de uma abordagem com perspectiva de gênero, segundo a qual todas as mulheres e meninas

tenham as mesmas oportunidades e capacidades para contribuir com os três objetivos da Convenção, incluindo o reconhecimento de sua igualdade de direitos e acesso à terra e aos recursos naturais e a sua participação e liderança plenas, equitativas, significativas e qualificadas em todos os níveis de ação, engajamento, política e tomada de decisões relacionados à biodiversidade.

- O Projeto GEF Áreas Privadas busca promover a igualdade de gênero desde o planejamento das atividades locais (considerando horários e a infraestrutura), elaboração de convites e sua divulgação de forma a contar com a participação de público feminino (mulheres e jovens) em suas atividades locais.
- Para orientar as equipes o projeto conta com um Plano de Ação de Gênero (disponível em: <https://gefareasprivadas.com.br/artigos/conheca-o-plano-de-acao-de-genero-do-gef-areas-privadas/>).
- Há um conjunto de indicadores para monitorar a participação do público envolvido em ações do projeto (obs. Plano de Monitoramento se encontra em revisão):
 - Pelo menos 600 (seiscentos) atores (300 mulheres + 300 homens) treinados em implementação de ações de conservação em áreas privadas.
 - Pelo menos 800 (oitocentos) atores (400 mulheres + 400 homens) treinados sobre esquemas de incentivo para MSP, MSF e recuperação de vegetação nativa em áreas privadas.
 - Pelo menos 50 (cinquenta) atores (25 mulheres + 25 homens) consultados para apontar os gargalos e soluções em relação ao manejo sustentável da vegetação nativa em Reservas Legais.
 - Pelo menos 75 (setenta e cinco) atores do setor público federal e estadual e do terceiro setor (35 mulheres + 40 homens) capacitados e envolvidos para aplicar o valor de conservação do banco de dados de áreas privadas.

Quadro síntese do Projeto GEF Áreas Privadas e as Metas da Biodiversidade - *Kunming-Montreal* associadas.

Projeto GEF Áreas Privadas	Metas da Biodiversidade - Kunming-Montreal
Componente 1: Implementação dos Pilotos	
<p>Resultado 1.1. Aumento da cobertura vegetal, menor grau de fragmentação em paisagens produtivas e maior habitat disponível para “Mico-Leão-Dourado” na área-piloto da Mata Atlântica, na APA de São João (KBA no Estado do Rio de Janeiro)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Agroecologia e Pecuária Sustentável • Monitoramento da Biodiversidade • Restauração da vegetação • Ecoturismo 	<p>Meta 2. Restauração efetiva</p> <p>Meta 3. Áreas protegidas, conservadas e manejadas</p> <p>Meta 4. Manejo para extinção zero e restauração genética</p> <p>Meta 5. Uso sustentável de espécies silvestres</p> <p>Meta 8. Resiliência às mudanças do clima</p> <p>Meta 9. Benefícios do uso de espécies silvestres</p> <p>Meta 10. Produção rural sustentável</p> <p>Meta 11. Soluções baseadas na natureza</p> <p>Meta 12. Espaços verdes urbanos</p> <p>Meta 13. Acesso e repartição de benefícios</p>

Projeto GEF Áreas Privadas	Metas da Biodiversidade - Kunming-Montreal
<ul style="list-style-type: none"> • Transversal - Gestão territorial e da paisagem da APA da Bacia do Rio São João • Comunicação APA da Bacia do Rio São João 	<p>Meta 16. Consumo sustentável</p> <p>Meta 19. Recursos financeiros (c.; d.; g.)</p> <p>Meta 21. Acesso a dados</p> <p>Meta 22. Governança e acesso público</p> <p>Meta 23. Gênero na implementação do Marco de Kunming-Montreal</p>
<p>Resultado 1.2. Taxas de conversão e grau de fragmentação de cobertura de vegetação nativa em paisagens produtivas reduzidas, e ações de conservação melhoradas para populações importantes de espécies ameaçadas de extinção na área piloto de Cerrado, na APA de Pouso Alto (KBA no Estado de Goiás).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Agroextrativismo • Monitoramento da Biodiversidade • Ecoturismo • Transversal - Gestão territorial e da paisagem da APA de Pouso Alto • Comunicação APA Pouso Alto 	<p>Meta 2. Restauração efetiva</p> <p>Meta 3. Áreas protegidas, conservadas e manejadas</p> <p>Meta 4. Manejo para extinção zero e restauração genética</p> <p>Meta 5. Uso sustentável de espécies silvestres</p> <p>Meta 8. Resiliência às mudanças do clima</p> <p>Meta 9. Benefícios do uso de espécies silvestres</p> <p>Meta 10. Produção rural sustentável</p> <p>Meta 11. Soluções baseadas na natureza</p> <p>Meta 12. Espaços verdes urbanos</p> <p>Meta 13. Acesso e repartição de benefícios</p> <p>Meta 16. Consumo sustentável</p> <p>Meta 19. Recursos financeiros (c.; d.; g.)</p> <p>Meta 21. Acesso a dados</p> <p>Meta 22. Governança e acesso público</p> <p>Meta 23. Gênero na implementação do Marco de Kunming-Montreal</p>
<p>Resultado 1.3. Conservação da biodiversidade, provisão de serviços ecossistêmicos, MSP, MSF e recuperação de vegetação nativa em áreas privadas nas duas áreas-piloto, aumentadas pelo desenvolvimento de esquemas de incentivos diretos e indiretos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Planos de negócios adaptados a diferentes métodos de recuperação da vegetação nativa • Propor diretrizes para aumentar o acesso ao financiamento MSP e MSF e recuperação da vegetação nativa 	<p>Meta 9. Benefícios do uso de espécies silvestres</p> <p>Meta 10. Produção rural sustentável</p> <p>Meta 13. Acesso e repartição de benefícios</p> <p>Meta 19. Recursos financeiros (c.; d.; g.)</p> <p>Meta 21. Acesso a dados</p> <p>Meta 22. Governança e acesso público</p> <p>Meta 23. Gênero na implementação do Marco de Kunming-Montreal</p>
Componente 2: Acordo com empresas do setor florestal	
<p>Resultado 2.1. A conservação da biodiversidade, a provisão de serviços ecossistêmicos, o MSP e o MSF em áreas de maior valor de conservação gerenciadas pelas empresas do setor florestal melhorados através de um acordo para a implementação de</p>	<p>Meta 2. Restauração efetiva</p> <p>Meta 3. Áreas protegidas, conservadas e manejadas</p> <p>Meta 4. Manejo para extinção zero e restauração</p> <p>Meta 8. Resiliência às mudanças do clima</p> <p>Meta 10. Produção rural sustentável</p> <p>Meta 11. Soluções baseadas na natureza</p> <p>Meta 15. Responsabilidade corporativa</p>

Projeto GEF Áreas Privadas	Metas da Biodiversidade - Kunming-Montreal
<p>diretrizes aprimoradas de conservação e restauração</p> <ul style="list-style-type: none"> Definir e priorizar participativamente áreas prioritárias para conectividade de florestas, povos e águas, considerando arranjos de implementação, critérios ambientais, sociais, políticos e econômicos, além do interesse e da contrapartida das empresas florestais; Elaborar ao menos 1 proposta técnica detalhada contendo arranjo financeiro e institucional para captação de recursos financeiros para a implementação de estratégia de conectividade de florestas, povos e águas em região(ões) sob influência de empresa(s) do setor florestal, conforme priorização. 	<p>Meta 19. Recursos financeiros (c.; d.; g.)</p> <p>Meta 21. Acesso a dados</p>
<p>Componente 3: Melhoria das capacidades públicas para planejar e implementar políticas de conservação em áreas privadas</p>	
<p>Resultado 3.1. Conservação da biodiversidade e serviços ecossistêmicos incorporados ao arcabouço legal nacional para apoiar MSP, MSF e restauração em áreas privadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> Estratégia para implementação de soluções para os gargalos técnicos relacionados ao manejo sustentável da vegetação nativa em Reserva Legal (RL), com subsídios para a implementação de incentivos, em especial PSA Fortalecimento da Gestão Territorial em áreas protegidas: regulamentação para categorias APA e RPPN, fortalecimento de OMECs, governança para RedeTrilhas 	<p>Meta 3. Áreas protegidas, conservadas e manejadas</p> <p>Meta 8. Resiliência às mudanças do clima</p> <p>Meta 11. Soluções baseadas na natureza</p> <p>Meta 12. Espaços verdes urbanos</p> <p>Meta 14. Integração com políticas públicas</p> <p>Meta 19. Recursos financeiros (c.; d.; g.)</p> <p>Meta 21. Acesso a dados</p>
<p>Resultado 3.2. Valor de conservação de áreas privadas integradas em políticas públicas e ferramentas de gestão.</p> <ul style="list-style-type: none"> Base de dados espaciais sobre o valor de conservação de áreas privadas para cinco regiões biogeográficas - Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pampa e Pantanal 	<p>Meta 3. Áreas protegidas, conservadas e manejadas</p> <p>Meta 8. Resiliência às mudanças do clima</p> <p>Meta 11. Soluções baseadas na natureza</p> <p>Meta 12. Espaços verdes urbanos</p> <p>Meta 14. Integração com políticas públicas</p> <p>Meta 19. Recursos financeiros (c.; d.; g.)</p> <p>Meta 21. Acesso a dados</p> <p>Meta 22. Governança e acesso público</p>

Projeto GEF Áreas Privadas	Metas da Biodiversidade - Kunming-Montreal
<ul style="list-style-type: none"> • Ações de capacitação e divulgação para a integração do valor de conservação de áreas privadas em políticas públicas: intercâmbios, salas verdes nos territórios do Projeto, produção de materiais audiovisuais 	<p>Meta 23. Gênero na implementação do Marco de Kunming-Montreal</p>